

Economia

AJUDA EXTERNA Acordo com FMI viabiliza pacote de US\$ 41,5 bi. Liberação do restante está condicionada a cumprimento de metas

País terá US\$ 20 bi até janeiro

Economia - Brasil

Brasília - Reuters

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA - O Brasil receberá até US\$ 20 bilhões em no máximo três meses, para reforço das reservas cambiais, que encerraram outubro em US\$ 42,6 bilhões. Esses montantes, que podem ser antecipados para dezembro se o governo brasileiro solicitar, serão divididos entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) - com o qual foi assinado acordo, ontem, pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco -, o Banco de Compensações Internacionais (BIS) e Banco Mundial.

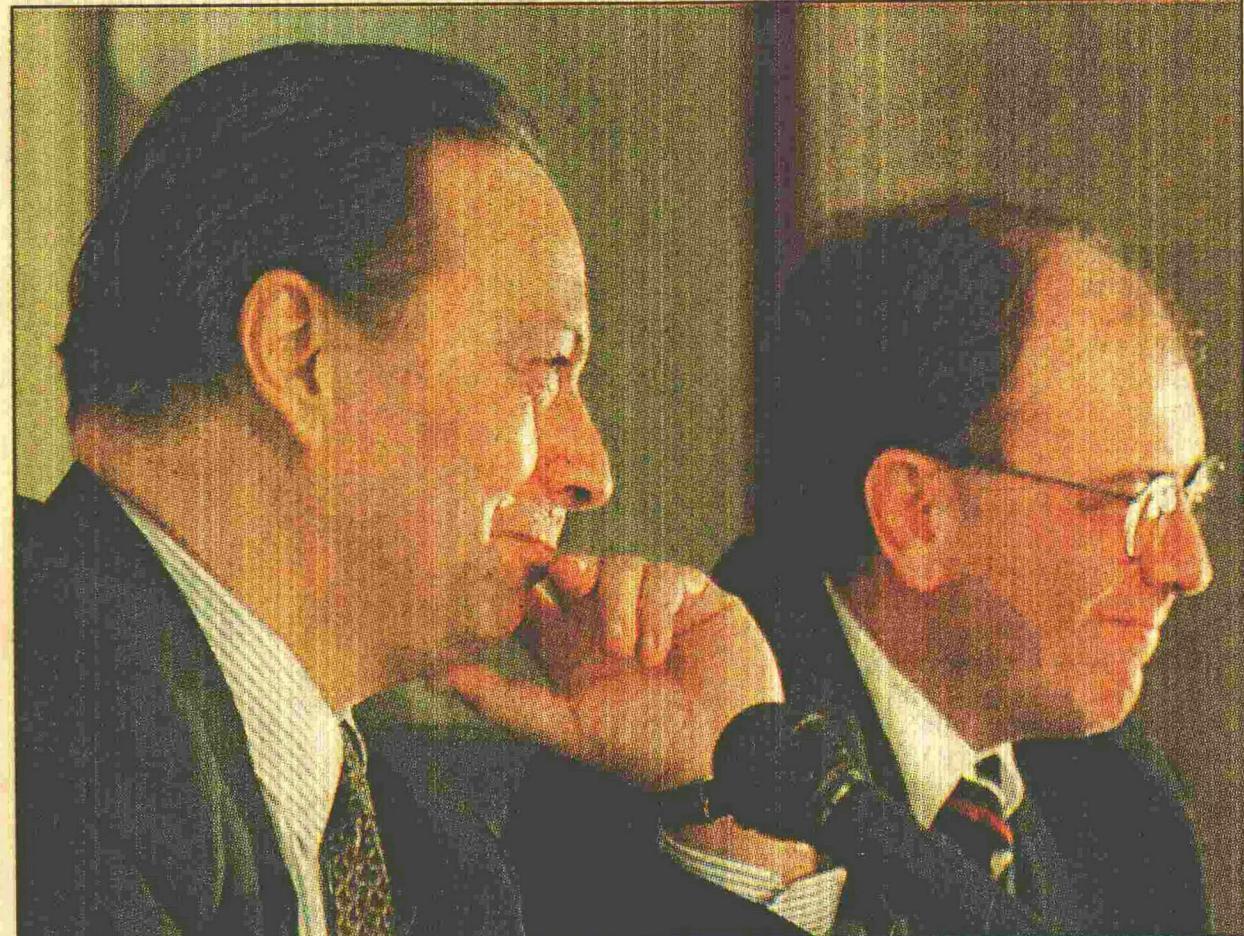
O BIS, banco central dos bancos centrais, com sede na Basileia, Suíça, agenciará os US\$ 14,5 bilhões postos à disposição por 20 governos dos países mais ricos no pacote de socorro financeiro ao Brasil, que totaliza US\$ 41,5 bilhões. Desse pacote multibilionario, até US\$ 37 bilhões estarão no país nos próximos 12 meses. Tão logo o acordo seja aprovado pela direção do FMI, o que se espera para o dia 20 próximo, a primeira parcela de desembolso - de US\$ 5 bilhões do Fundo e cerca de US\$ 4 bilhões do BIS - já estará liberada para o Banco Central do Brasil.

Linhos de crédito - O acordo stand-by com o FMI terá duração de três anos e, durante esse período, a política econômica - fiscal, monetária e cambial - será monitorada pelo Fundo. Essa linha de crédito representará desembolso de 30% dos US\$ 18 bilhões que o Fundo liberará para o país - cerca de US\$ 5,4 bilhões - e dará acesso à outra modalidade de financiamento utilizada no acordo: a *supplemental reserve facility*, que representará os 70% restantes da instituição, ou US\$ 12,6 bilhões. Enquanto o financiamento do stand-by tem prazo de cinco anos e juros de 4,75% ao ano, o outro mecanismo é mais caro - spread (taxa de risco) de 3% sobre os juros de 4,75% - e prazo de apenas um ano e meio para pagamento.

Do pacote de US\$ 41,5 bilhões, a parte do BIS é a mais cara: os governos estão emprestando ao Brasil por dois anos e os juros são a Libor (taxa interbancária de Londres) mais 4,7% de spread ao ano. Para a primeira parcela, a garantia seria apenas o aval da República do Brasil, mas se o governo brasileiro for usar mais do que os US\$ 4 bilhões iniciais, terá que conceder garantias reais e estas poderão ser papéis em poder da BNDESpar, como ações da Vale do Rio Doce, da Telebrás, da Usiminas, entre outras.

Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entraram com US\$ 4,5 bilhões cada, mas o governo não esclareceu se parte desses US\$ 9 bilhões serão liberados para projetos com necessidade de contrapartidas oficiais em reais. Se for assim, esbarra-se no aperto orçamentário.

Na estrada - Costurado o pacote de socorro financeiro ao Brasil, depois de dois meses de discussões diárias com FMI, Bird, BID, governo americano e mais 19 governos, Malan e Franco começam na semana que vem uma nova peregrinação. Farão road show por Nova Iorque, Frankfurt, Paris e Londres, para tentar convencer os bancos privados de que agora podem voltar a emprestar para o Brasil.



Malan, com Parente: Brasil terá que cumprir uma "firme disciplina monetária" para merecer empréstimos

Quem empresta o quê

Fonte dos recursos	Contribuição total	Desembolso imediato
Fundo Monetário Internacional (FMI)	US\$ 18 bilhões	US\$ 5,25 bilhões
Banco Mundial (Bird)	US\$ 4,5 bilhões	
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	US\$ 4,5 bilhões*	-
Banco de Compensações Internacionais (BIS):	US\$ 14,5 bilhões	US\$ 4 bilhões**
Recursos do Tesouro dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Japão, Canadá, Portugal, Espanha, Áustria, Bélgica, Irlanda, Grécia, Dinamarca, Finlândia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça***		

* Inclui empréstimo de US\$ 1,1 bilhão já aprovado em setembro deste ano

** Os recursos do BIS deverão ser liberados em parcelas semelhantes às do FMI

*** Os EUA entrarão com US\$ 5 bilhões. Os 17 países europeus emprestarão US\$ 7,75 bilhões. Os recursos serão repassados ao Banco Central do Brasil através do Bank of International Settlements (BIS, Banco de Compensações Internacionais)

Com esse pacote financeiro o governo afasta o pesadelo de não ter como financiar as contas externas de 1999, devido ao enxugamento dos financiamentos para os países emergentes em geral, e para o Brasil em particular, provocado pela crise financeira internacional e pelas vulnerabilidades específicas do país.

Ontem, Malan informou que o governo calcula para o ano que vem uma necessidade de financiamento externo de US\$ 60 bilhões ou um pouco mais. Cifra que contabiliza o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos mais as amortizações da dívida externa. A carta de intenções ao FMI, agora chamada de "memorandum de política econômica" estabelece que o déficit em conta corrente este ano de 4,2% do Produto Interno Bruto cairá para 3,5% do PIB no ano que vem. Como o PIB estimado é de cerca de R\$ 910 bilhões para 1999, isso representaria um déficit corrente de cerca de US\$ 31 bilhões.

O acordo com o FMI - O acordo com o FMI é por três anos e envolve metas que são concebidas como critérios de performance que, se desempenhadas, implicam na suspensão da liberação dos recursos do financiamento stand-by. Essas metas estão praticamente acertadas, ainda não foram divulgadas pelo governo nem pelo FMI, e serão revistas após 30 de ju-

nho próximo, quando técnicos dos dois lados discutirão os números para o semestre seguinte. A expectativa é de que a cada trimestre, a partir de janeiro próximo, o FMI libere US\$ 700 milhões desde que cumpridas as metas, que são as seguintes:

1) Necessidade de Financiamento do Setor Público - Mede o déficit público no conceito mais amplo (nominal, envolvendo os juros mais a inflação). Para 1999 o déficit nominal está fixado em 4,7% do Produto Interno Bruto, equivalente a pouco mais de R\$ 42 bilhões. Como o superávit primário fixado pelo governo (que para o FMI é apenas uma meta indicativa) é de 2,6% do PIB em 1999, isso significa que as despesas com juros - diferença entre o primário e o nominal - ainda serão pesadas no ano que vem: cerca de 7,3% do PIB, ou mais de R\$ 66 bilhões. A redução do déficit nominal representa um corte importante se comparado com os 8% do PIB estimados para este ano. Para o final do acordo, em 2001, esse déficit deverá ter caído a 2,5% do PIB.

Para Gustavo Franco, "há um grande mérito no acordo com o Fundo, que é obrigar o Brasil a fazer o ajuste fiscal".

2) Crédito Interno Líquido - Resultado da diferença entre as reservas cambiais e o papel moeda em poder do público. Quanto menor essa diferença, menor a possibilidade de con-

cessão de crédito. Ou seja, se as reservas crescerem abruptamente, segundo Franco, isso não representará violento aumento do volume de moeda em circulação na economia. Isso nada tem a ver com o modelo argentino de *currency board*, que limita a emissão de moeda local às reservas, na proporção de um para um.

3) Endividamento Externo do Setor Público - Outro compromisso que o acordo com o FMI exige. Hoje um terço (1/3) da dívida externa é de responsabilidade do setor público e cerca de US\$ 6 bilhões são de curto prazo. Essa parcela não poderá exceder US\$ 10 bilhões em 1999.

Outros pontos - O acordo envolve ainda outros compromissos: não retroceder na política de liberalização comercial, estabelecendo controles ou impondo qualquer tipo de restrição às importações; seguir as reformas constitucionais e avançar nas reformas trabalhistas.

Quanto à política cambial, "o governo está totalmente comprometido com a manutenção do atual regime cambial". Logo adiante, o documento indica: "Ao manter o atual regime, o Banco Central prosseguirá com sua política de abrir gradativamente a banda cambial. Dentro desta banda, o gerenciamento do câmbio estará voltado para a reconstrução de reservas e o aumento da competitividade da economia".